

esquema descitacional

sou a pessoa que produz este espécime» seria uma frase analítica, uma frase verdadeira à custa do significado das palavras componentes e, logo, uma frase necessariamente verdadeira; ora, isto não é argumentavelmente verdade: há uma situação contrafactual admissível na qual existo e nada digo na ocasião e, logo, não produzo o espécime de «eu» em questão (ver Kaplan 1988). Ver INDEXICAIS, TIPO/ESPÉCIME. JB

Kaplan, D. 1988. Demonstratives. In J. Almog, J. Perry e H. Wettstein, orgs., *Themes from Kaplan*. Oxford: Oxford University Press e Nova Iorque.
Reichenbach, H. 1947. *Elements of Symbolic Logic*. Nova Iorque: Macmillan.

esquema descitacional Ver DESCITAÇÃO.

essencial, propriedade Ver PROPRIEDADE ESSENCIAL / ACIDENTAL.

essencialismo A tese de que os particulares têm propriedades que não poderiam deixar de ter sem cessar de existir. As teses essencialistas foram populares durante a idade média, dada a forte influência exercida pela metafísica aristotélica, mas caíram em desgraça na filosofia moderna, que assimilou os ataques anti-essencialistas do empirismo típico de David Hume. Nos anos 70 do séc. XX Saul Kripke, Hilary Putnam e Alvin Plantinga, entre outros, reintroduziram o essencialismo como uma doutrina filosófica defensável.

F é uma propriedade essencial de um particular *n* se, e só se, *n* tem F em todos os MUNDOS POSSÍVEIS nos quais *n* existe. Distingue-se assim das propriedades necessárias. F é uma propriedade necessária de um objecto *n* se, e só se, *n* tem F em todos os mundos possíveis. Só os existentes necessários (isto é, os objectos que existem em todos os mundos possíveis — por exemplo, Deus, se existe, os números e as verdades lógicas) podem ter propriedades necessárias; mas os existentes contingentes (isto é, os objectos que não existem em todos os mundos possíveis, como as pessoas) podem ter propriedades essenciais.

Algumas posições anti-essencialistas defendem que a distinção entre propriedades essenciais e acidentais é meramente verbal ou linguística, não tendo qualquer correspondência metafísica. O principal proponente moderno desta posição é Quine, mas a ideia remonta pelo menos ao famoso capítulo VII das *Investigações sobre o Entendimento Humano* (1748) de Hume. Mas o ARGUMENTO DO MATEMÁTICO CICLISTA, com o qual Quine procura mostrar a incoerência da noção, é uma falácia que resulta da confusão entre necessidade *de re* e necessidade *de dicto* (ver DE DICTO / DE RE). E a principal motivação de Hume para recusar o essencialismo (a incapacidade para encontrar um modelo epistémico que o justificasse), parece desvanecer-se se aceitarmos a existência de verdades necessárias *a posteriori*, defendida por Kripke.

Uma posição anti-essencialista pode ser menos económica ontologicamente, pois poderá ter de admitir a possibilidade de a água não ser H₂O, o que é o mesmo que dizer que terá de admitir a existência de mundos possíveis onde a água não é H₂O, o que o essencialista não tem de fazer. A alternativa a esta exuberância ontológica seria sublinhar que toda a linguagem modal foi «concebida em pecado» e que é incoerente; não há possibilidades nem necessidades além das lógico-matemáticas. Esta era a perspectiva comum até aos anos setenta do séc. XX, quando se compreendeu que uma parte importante dos argumentos a seu favor dependem de confusões entre palavras e coisas, por um lado, e que há poderosas intuições contra tal perspectiva.

Se não se recusar completamente a linguagem essencialista, há três opções: 1) Afirmar que, dado um certo objecto *n*, todas as propriedades de *n* são acidentais; 2) afirmar que todas são essenciais; 3) afirmar que umas são essenciais e outras acidentais. A primeira opção não parece poder ser defendida, uma vez que há propriedades essenciais triviais óbvias: todos os objectos têm a propriedade essencial de serem idênticos a si mesmos. O que se pode defender é que todas as propriedades essenciais

dos objectos são trivialmente essenciais. Uma propriedade essencial é trivial se resulta unicamente de considerações lógico-linguísticas. Por exemplo, afirmar «Necessariamente, todos os objectos vermelhos têm cor» não nos compromete com qualquer tipo de essencialismo substancial. O que se tem em mente não é a afirmação *de re* $\forall x$ ($\text{Vermelho}(x) \rightarrow \Box \text{Cor}(x)$), mas sim a afirmação *de dicto* $\Box \forall x$ ($\text{Vermelho}(x) \rightarrow \text{Cor}(x)$). Ao passo que a primeira afirma que todos os objectos vermelhos do mundo actual têm cor em todos os mundos possíveis (uma afirmação cujo valor de verdade não pode ser determinado por meios meramente lógico-linguísticos), a segunda afirma apenas que a frase «Todos os objectos vermelhos têm cor» é necessária — o que é fácil de admitir uma vez que se trata de uma frase analítica (ou, pelo menos, de uma verdade conceptual).

A posição 2 é típica das filosofias idealistas, que defendem que todas as propriedades são internas e é muito contra-intuitiva: implica a completa reformulação da nossa concepção geral do mundo, algo muito difícil de ser coerentemente levado a cabo. Os partidários da posição 3 podem defender vários tipos de essencialismo, nomeadamente o essencialismo individual (Sócrates era essencialmente uma pessoa), o essencialismo quanto ao género (os gatos são essencialmente mamíferos), o essencialismo mereológico (uma mesa de madeira é essencialmente de madeira) e o essencialismo quanto à origem (George W. Bush é essencialmente filho de George Bush). Todas estas posições são consistentes entre si. Uma posição cautelosa nesta matéria consiste em relegar para o plano da ciência a decisão quanto às propriedades que são (não trivialmente) essenciais.

O essencialismo lógico-metafísico não deve ser confundido com o essencialismo epistemológico (contra o qual Karl Popper se insurge), apesar de relacionado com ele, nem com o essencialismo antropológico (contra o qual os existencialistas se insurgem). DM

Kripke, S. 1980. *Naming and Necessity*. Oxford: Blackwell.

Murcho, D. 2002. *Essencialismo Naturalizado*. Coimbra: Angelus Novus.

Plantinga, A. 1974. *The Nature of Necessity*. Oxford: Clarendon Press.

estado de coisas De acordo com uma noção liberal, mas bastante habitual, de estado de coisas, qualquer combinação de qualquer PROPRIEDADE, ou RELAÇÃO, com um PARTICULAR (adequado), ou com uma sequência de particulares (adequados), dá origem a um estado de coisas, designadamente um estado de coisas atómico ou simples. Exemplos de estados de coisas atómicos são, desse modo, os seguintes: Sócrates beber a cicuta, que é um estado de coisas actual, um estado de coisas que se verifica de facto; Michael Jordan ser um filósofo, que é um estado de coisas meramente possível, um estado de coisas que não se verifica mas poderia verificar-se; 3 ser par, que é um estado de coisas impossível, um estado de coisas que não se verifica e não poderia verificar-se; e Teeteto ser uma pessoa, que é um estado de coisas (presumivelmente) necessário, um estado de coisas que se verifica e (presumivelmente) não poderia não se verificar. (A qualificação «adequado» é dispensável; serve apenas para excluir da categoria de estados de coisas, se assim o desejarmos, complexos de particulares e propriedades como Júlio César ser um número primo e O número par primo sonhar com Marilyn Monroe.)

Nestas formulações, o predicado monádico «verifica-se» (e o seu complemento «não se verifica»), está para estados de coisas como o predicado «é verdadeira» (e o seu complemento «não é verdadeira») está para frases, afirmações, ou proposições (conforme o tipo de item que preferirmos como portador de valores de verdade); em ambos os casos, tais predicados introduzem determinados parâmetros semânticos de avaliação das entidades em questão. *Grosso modo*, um estado de coisas verifica-se quando, e somente quando, o particular constituinte, ou os particulares constituintes, exemplificam a propriedade constituinte, ou a relação constituinte. E, se quisermos, podemos